

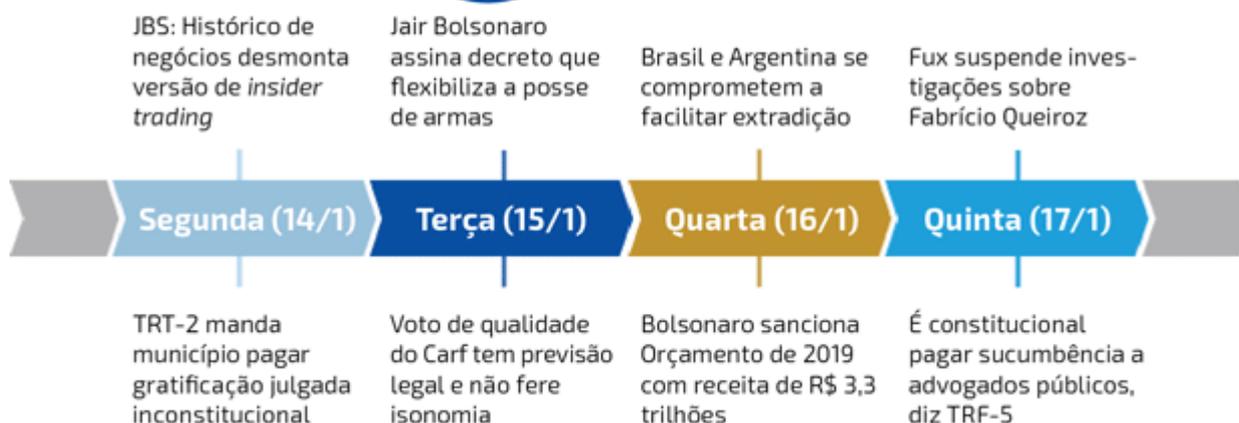
Decreto que facilita posse de armas de fogo por civis foi destaque

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) assinou nesta terça-feira (15/1) o [decreto que facilita a posse de armas de fogo](#) no país. Entre as principais mudanças está o trecho em que "presume-se a veracidade" da alegação de necessidade de se ter uma arma de fogo.

Especialistas ouvidos pela **ConJur**, no entanto, afirmam que esta presunção de "efetiva necessidade" de posse de arma [viola a Constituição](#) porque obriga a administração a renunciar à sua competência de decidir.

Dizem ainda que a ampliação das possibilidades para que se compre uma arma de fogo [não é garantia do](#)

nconstitucional.



Ficção e realidade

Wesley Batista, ex-CEO da JBS, apresentou uma série de documentos ao Supremo Tribunal Federal que desmontam a versão de que houve *insider trading*.

Conforme mostra [levantamento do histórico de operações da holding](#), as operações no mercado financeiro e acionário feitas pela JBS antes do vazamento sobre a delação premiada de seus diretores foram menores ou semelhantes a dezenas de outras ocorridas antes e depois da veiculação da negociação com o Ministério Público Federal na mídia.

Entrevista com os presidentes

A **ConJur** começou a publicar nesta semana uma série de entrevistas com os novos presidentes das



seccionais das OABs. Veja as que já estão no ar:

[OAB-AC](#) — Erick Venâncio: "MEC não conteve abertura de cursos, tampouco cuidou da sua qualidade"

[OAB-AL](#) — Nivaldo Barbosa Jr.: "Direito de defesa está preservado, mas a aplicação tem sido comprometida"

[OAB-BA](#) — Fabrício Castro: "OAB não deve prestar contas ao TCU porque não movimenta recursos públicos"

[OAB-ES](#) — José Carlos Risk Filho: "Superministério da Justiça não pode ser sinônimo de poderes exacerbados"

[OAB-GO](#) — Lúcio Flávio: "Ao invés de barrar, juízes imprimem no processo penal um cunho policialesco"

[OAB-DF](#) — Délio Lins e Silva Jr.: "OAB deve ser mais transparente sobre seus gastos e arrecadações"

[OAB-MT](#) — Leonardo Campos: "Advogados têm tido dificuldade para receber honorários sucumbenciais"

Frase da semana

Quando a administração pública abre mão do direito a fazer verificações mínimas do que o cidadão alega como sendo efetiva necessidade, ela exacerba a competência que tem para estabelecer restrições à competência discricionária. Nesse caso, a administração pública foi além dessa competência legítima e acabou, na realidade, outorgando ao cidadão uma fé pública que, nesse caso, ele não deve ter. Isso porque a arma pode vir a oferecer riscos à vida e à integridade física de terceiros".

Pedro Serrano, professor de Direito Constitucional da PUC-SP, [sobre a inconstitucionalidade](#) do decreto que facilita a posse de armas

Entrevista da semana

Spacca



"A administração pública precisa entender que o particular não é

inimigo nem adversário." A avaliação é de André Mendonça, novo advogado-geral da União.

Em [entrevista à ConJur](#), ele falou que em sua gestão irá priorizar o diálogo, inclusive com os outros órgãos. "Nossa proposta é unir esforços. E não ficar discutindo atribuição. Temos que discutir quem é o verdadeiro inimigo do Estado e ir atrás deles em conjunto. Essa é a nossa proposta, de que unamos esforços com o Tribunal de Contas da União, com o Ministério Público Federal, com a Controladoria-Geral da União e com o Ministério da Justiça — onde a figura do ministro Sérgio Moro, por si só, revela a importância do combate à corrupção para o governo. Essas instituições não são inimigas umas das outras. Devem ser parceiras. Essa vai ser a tônica."

Ranking

**1,5 milhão**número de visualizações
de página na ConJur**788,7 mil**número de visitantes
na página

Fonte: Google Analytics

A [notícia](#) sobre a possibilidade de transformar a cidade do Rio de Janeiro

em território federal foi a mais lida da semana, com 45,6 mil visualizações.

Segundo documentos do Ministério da Justiça, antes de decretar a intervenção federal na segurança do Rio de Janeiro, o governo Michel Temer (MDB) estudou uma proposta de emenda à Constituição para federalizar a cidade. Com isso, a União teria controle mais amplo sobre a região.

Com 37,4 mil acessos, o [segundo texto mais lido](#) foi sobre a palestra do ministro Dias Toffoli, presidente do STF, durante o seminário “O interesse público e as novas relações entre Estado e empresas”, organizado pela **ConJur**, com apoio do escritório **Warde Advogados**, no final de novembro passado.

Nela, Toffoli afirmou, entre outras coisas, que o Estado brasileiro se tornou tão autorreferente e tão burocrático que hoje “joga todo mundo para a marginalidade”. Para reverter esse quadro, na visão do ministro, é preciso investir em transparência e em canais de comunicação para resolver os problemas de forma clara e eficiente.

As dez mais lidas

[Antes da intervenção, governo Temer estudou transformar Rio em território federal](#)

[Estado brasileiro joga todo mundo para a marginalidade, afirma Dias Toffoli](#)

[JBS: Histórico de negócios desmonta versão de insider trading](#)

[Perseguir colaborador da Justiça é crime, diz ministro Napoleão Nunes Maia](#)

[Lenio Streck e Gilberto Morbach: *Olavo de Carvalho faz leitura absolutamente errada de Ronald Dworkin*](#)



[Laerte Codonho, dono da Dolly, ajuíza ações de indenização contra procuradores](#)
[Delatores devem ser protegidos de ações em outras áreas, diz Nicolao Dino](#)
[Jair Bolsonaro assina decreto que flexibiliza a posse de armas de fogo por civis](#)
[Presunção de "efetiva necessidade" de posse de arma viola Constituição](#)
[Juiz confirma normas da Anac que proíbem policiais de portarem armas em voos](#)

Manchetes da semana

[Pagamento de sucumbência a advogados públicos não é inconstitucional, diz TRF-5](#)
[Presunção de "efetiva necessidade" de posse de arma viola Constituição Federal](#)
[Presidente Jair Bolsonaro assina decreto que facilita posse de armas por civis](#)
[Falta de informação pode anular auto de infração, decide Câmara Superior do Carf](#)
[Seguro habitacional cobre vícios ocultos mesmo após quitação do contrato, diz STJ](#)
[TRT-2 manda município pagar gratificação julgada inconstitucional a procuradores](#)
[Entrevista André Medonça: "Nossa proposta é unir esforços com MPF e TCU, e não ficar discutindo atribuição"](#)
[Nova lei proíbe bancos de darem crédito subsidiado a empresas com débito de FGTS](#)
[TJ paulista libera parcialmente de trava bancária recebíveis alienados de empresa](#)
[Beneficiário de direito creditório é quem deve apresentar provas, afirma Carf](#)

Date Created

19/01/2019